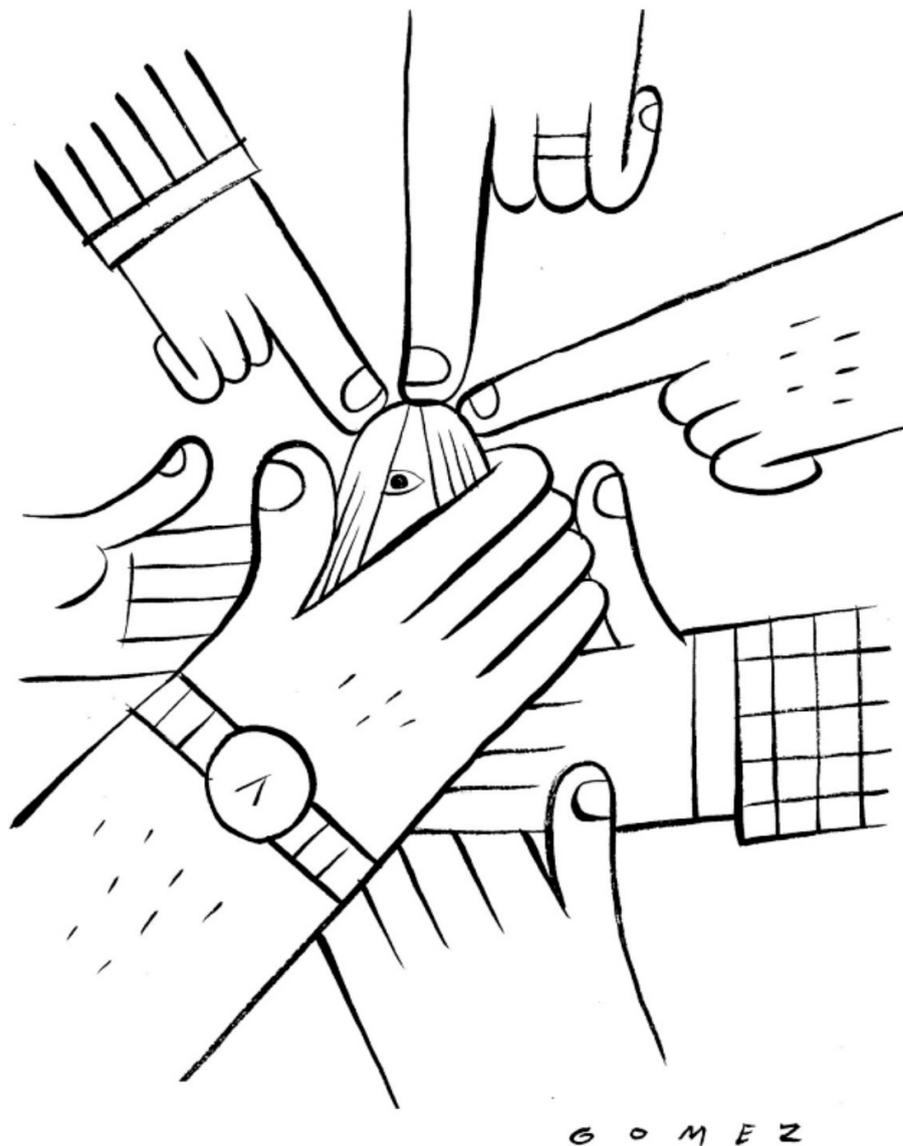


Abuso não é carinho

» NEUSA MARIA

Psicóloga, especialista em saúde mental, co-fundadora do projeto *Eu me protejo*



Imagine uma menina de oito anos sendo sequestrada, drogada, espancada e assassinada. Imaginou? Provavelmente não, porque é inimaginável e muito cruel. Infelizmente, Araceli Cabrera Sanches, com essa idade, passou por todo esse sofrimento em 1973. Seu corpo foi encontrado uma semana após o crime, desfigurado. Em sua homenagem, o 18 de maio foi instituído como Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

No Brasil, o abuso (violência sexual) é silenciado. E, por causa desse silêncio, crimes como o de Araceli ainda hoje continuam impunes. A impunidade garante aos agressores a certeza de que podem continuar violando os direitos das crianças e cometendo todo tipo de agressões físicas e sexuais.

É necessário um trabalho de prevenção, ou esses crimes continuarão sendo perpetuados. Não falar é naturalizar. A violência sexual é a segunda maior violência cometida contra crianças no Brasil, só perde para a violência doméstica, sendo que a maioria dos casos ocorre dentro de casa. A família pode ser fator de risco ou proteção, por isso, precisamos lutar para que o tema prevenção seja inserido de forma transversal no currículo da educação básica e até mesmo no do ensino superior, preparando os profissionais.

Dados de 2018 apontam: 53% das crianças abusadas têm menos de 13 anos, 87% dos agressores são pais, padrastos, tios, ou seja, membros da própria família. Em 18 de maio, várias ações são desenvolvidas para coibir a violência contra crianças

e adolescentes, mas a prevenção só é efetiva quando a violência não acontece. Todo dia é dia de combate. Prevenir é salvar vidas.

A cor/raça é um marcador social. As crianças negras são as principais vítimas de violência física e violência sexual e sofrem com o acesso desigual à Justiça. A desigualdade social a que essas crianças estão sujeitas é fator que potencializa e agrava o contexto de risco e vulnerabilidade. Ser uma criança com deficiência atípica também é fator de risco. Crianças com deficiência sofrem mais violência. Violências quase nunca denunciadas ou percebidas retroalimentam o ciclo de agressividade.

A pandemia é fator de risco para as crianças, os casos aumentam e as subnotificações, também. Fatores como tensões dos pais, crianças e agressores o dia todo juntos, instituições fechadas, dificuldade de acesso a redes de apoio, brigas dos cônjuges, falta de paciência com a criança, desemprego, não ter a quem pedir ajuda, são situações que as colocam ainda mais em risco. Não tem como pensar em prevenção sem pensar no contexto, como é essa casa onde a criança fica? Como é a realidade dessa criança?

O abusador pode ser um membro da família. A criança sente-se constrangida, culpada, insegura, envergonhada, tem medo do que vai acontecer, de ser castigada, de afetar a família. É ameaçada pelo agressor, pensa que ninguém vai acreditar nela, não tem alguém de confiança para pedir ajuda. Fica exausta, com a sensação de carregar um mundo nas costas, adoce, o corpo reage à tensão e ela se tranca.

É preciso identificar os sinais de alerta. Mudanças comportamentais, apatia, atrasos no desenvolvimento, lesões, perda ou ganho de peso, insônia ou muito sono, agitação ou letargia, irritação, ser alvo de interesse repentino de algum membro da família, perda do rendimento escolar, choro fácil, perda ou aumento do apetite, comportamentos e brincadeiras sexuais, falas e perguntas incomuns para a idade, marcas físicas, infecções urinárias, agressividade, todos esses sintomas depois de descartadas causas biológicas, são indicadores de risco.

Para prevenir, é preciso fortalecer os vínculos afetivos e de confiança, observar a criança, mudanças no comportamento, sempre perguntar como se sente e o que está acontecendo, ensinar à criança quais são as partes do seu corpo e as partes íntimas com nomes corretos, ensinar regras de segurança, a tomar banho sozinha, não conversar e acompanhar estranhos, não tocar, não guardar segredo, deixar claro que se acontecer alguma coisa diferente ela não será castigada, ensinar a quem pedir ajuda, a gritar bem alto caso alguém toque em suas partes íntimas, ou seja, orientar, informar, acompanhar, ensinar e denunciar.

O abusador pode ser qualquer pessoa. Segredo, silêncio, culpa e medo são alguns dos mecanismos que sustentam o abuso. Prevenir não é estimular, e é bem mais fácil prevenir do que tratar os danos depois. Lutar contra a violência sexual infantil (abuso) é uma responsabilidade de todos nós.

Democracia e política fiscal

» BENITO SALOMÃO

Economista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

A resposta anunciada pelo presidente americano à crise da covid-19 repercutiu no Brasil. Ao todo, serão desembolsados pelo Tesouro dos Estados Unidos (EUA) alguns trilhões de dólares para fomentar setores emergentes intensivos em tecnologia de fronteira, ambientalmente sustentáveis e de alta produtividade. Para financiar o ambicioso programa, o presidente Biden pretende elevar impostos corporativos e a progressividade da carga tributária americana, isto é, setores econômicos de baixa produtividade e famílias com maior capacidade de pagamento devem contribuir mais com o plano econômico do democrata e financiar indiretamente a emergência da nova economia. Ainda assim, medalhões da academia norte-americana, como Lawrence Summers, criticam o programa, cuja escala é inédita e apresenta riscos de sobreaquecimento da economia do país, cujo efeito colateral mais visível a curto prazo é a inflação.

Voltemos nossos olhos ao Brasil. Aqui, o *Bid Economics*, como é chamado o plano, é celebrado por setores mais simpáticos ao dirigismo estatal e crenças na expansão do gasto público como um vetor do desenvolvimento. O Plano Biden tem muitos elementos que podem ser aproveitados, sim, pela economia brasileira. A noção de incentivar uma economia de baixo carbono, o desenvolvimento científico de fronteira e a recuperação da infraestrutura são gargalos históricos deste lado dos trópicos. Da mesma forma, o Brasil é uma espécie de paraíso de milionários, que são subtributados quando comparados relativamente com as classes médias e as camadas mais humildes da população.

O Plano Biden ainda terá chances de mostrar a que veio. Ficaremos atentos, sempre há uma certa defasagem entre o lançamento de um plano promissor e suas consequências na prática. O prêmio Nobel de economia James Buchanan, em livro publicado com Richard Wagner, em 1977, apontou as consequências de longo prazo de deficits públicos sobre a economia americana. A primeira consequência é a expansão do tamanho do governo como proporção da renda nacional. Para os autores, o acúmulo consecutivo de deficits fiscais levaria, no longo prazo, a um crescimento do setor público acima do setor privado. Mas essa é a menor das consequências, deficits públicos precisam ser considerados à luz de suas fontes de financiamento que são basicamente três:

Tributos — no modelo macroeconômico tradicional —, o gasto público atua estimulando a demanda agregada e o crescimento econômico, os impostos, por outro lado, atuam desestimulando. Em ensaio publicado em 2019, este autor chamou a atenção para a utilização de instrumentos tributários e de gastos públicos adequados para que os efeitos multiplicadores de uma expansão das despesas se sobrepujassem aos efeitos dos tributos. Em outras palavras, é pouco produtivo para a economia criar deficits que serão financiados por impostos distorcivos e recessivos para financiar despesas de custeio com baixo efeito multiplicador sobre a atividade.

Dívida — até muito recentemente —, se acreditava que a absorção de deficits públicos via dívida pública não apresentava maiores custos macroeconômicos. Em 2010, no entanto, ensaios dos prestigiados economistas Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff estimaram que dívidas soberanas superiores a 90% do PIB exercem efeitos prejudiciais sobre o crescimento econômico. Ademais, Robert Barro, em 1974, apresentou o conceito de equivalência Ricardiana, em linhas gerais, o autor argumentava que a contração de deficits fiscais no presente levaria a uma elevação a posteriori da carga tributária. Ou seja, gasta-se hoje para tributar amanhã.

Finalmente, inflação, que é a consequência macroeconômica mais severa de desequilíbrios macroeconômicos causados por deficits públicos. Phillip Cagan chegou a comparar os efeitos da inflação semelhantes aos efeitos de um imposto indireto, que reduz a renda disponível dos consumidores.

Mas, voltando a Buchanan e Wagner, a principal disfunção causada por um deficit público é o desequilíbrio causado nas democracias, em que eleitores preferem mais bens e serviços públicos e menos impostos, políticos têm o incentivo de atender tais demandas visando à permanência no poder. Dado que os deficits apresentam benefícios no presente e custos no futuro, é viável para políticos ampliarem as despesas, deixando o ônus do ajuste para o sucessor, o que causa um viés nas democracias e é um incentivo ao populismo. No Brasil, regras fiscais foram pensadas para precaver tais atitudes; devemos preservá-las.

Competitividade: os interesses dos brasileiros devem prevalecer

» RAFAEL CHANG

Presidente da Toyota do Brasil

A indústria automotiva foi um dos setores fortemente afetados em 2020 pela pandemia de covid-19. Suspendemos atividades, readequamos produção, fizemos o possível para proteger a maior quantidade de empregos e continuamos nos adaptando e aprendendo. Mas, agora, é hora de olhar para o futuro a médio e longo prazos. Vale dizer que é um futuro que não parece pautado por decisões simples nem que, até o momento, interessam ou ofereçam oportunidade a todos com isonomia. Longe disso, estamos diante de decisões mais duras, mas que precisam mudar o status quo e proteger o interesse dos brasileiros de forma mais abrangente.

Pode parecer incomum a alguém como eu, que sou estrangeiro, fazer tais afirmações. Mas foi justamente o que aprendi morando em diversos países, operando em condições muito complexas, mas sempre com o olhar da cultura japonesa — tão característica à Toyota. É preciso pensar além dos muros da empresa. Todos nós, do setor privado, somos responsáveis por buscar, junto ao

governo, soluções para os dilemas da sociedade. Resolver esses desafios pode passar, por exemplo, por fomentar uma agenda de exportação mais expressiva, inserindo o Brasil nesse mapa global — já temos aqui o protagonismo e bom exemplo do agronegócio.

Não há empresa bem-sucedida sem uma sociedade que tenha poder e liberdade de compra. É preciso pensar no coletivo, ainda que as decisões sejam complexas. Nós, empresários, temos de equilibrar a decisão para proteger as pessoas com a manutenção da operação e, consequentemente, o emprego. E observamos que o governo tem avançado em decisões muitas vezes impopulares, como reduzir incentivos da indústria, inclusive a automobilística.

Não somos contra incentivos, pois eles contribuem para potencializar a inovação. Mas eles devem ser precisos e por tempo determinado, justamente para manter o equilíbrio de mercado e não criar injustiças de competitividade. Nesse sentido, vemos com bons olhos a PEC 186, que

trata da redução dos gastos tributários a 2% do PIB em oito anos. Essa medida, em especial, ainda proporciona um melhor ambiente de negócios, uma vez que trata de condições mais justas para competição entre empresas. Também melhora a previsibilidade, ao definir regras claras para o planejamento dos novos projetos e investimentos das empresas no país.

É preciso olhar a floresta, não as árvores. Talvez estejamos agora diante da oportunidade de realmente olhar todo o Brasil e entender e potencializar a vocação de cada uma de suas regiões para termos melhores entregas à sociedade. E que bom que o país já tem uma economia diversificada, ou seja, há um caminho para direcionar melhor ecossistemas locais estabelecidos, que provavelmente precisem de menos incentivo do governo para compensar deficiências ou custo de operação das próprias empresas. A pandemia trouxe dor e desalento, mas também pode ser o choque que faltava para pensarmos em políticas mais amplas, que possam melhorar o Brasil para todos.